

A COMPETITIVIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE ORGÂNICOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Caroline Sales Arruda²⁰
Tiago Ricardo Ribeiro²¹
Diana Marques dos Anjos²²

RESUMO

Os anos 70 foram marcados pelo processo de modernização da agricultura, da transformação do complexo rural no chamado Complexo agroindustrial. Atividades como a agricultura orgânica apresentam-se como crescente tendência em alguns países, inclusive no Brasil, sendo a agricultura familiar responsável por grande parte da produção. No entanto, a competitividade da cadeia produtiva de produtos orgânicos fundamenta-se em estratégias de diferenciação de produtos e o grande desafio consiste na capacidade de criação, principalmente, de um ambiente institucional que possibilite melhor coordenação entre os agentes e, conseqüente ganho de competitividade para a cadeia. O presente trabalho visa analisar este ambiente e outros fatores que de forma direta ou indireta afetam a competitividade da cadeia produtiva de orgânicos, por meio do paradigma clássico proposto pela economia industrial. Em primeiro instante este aborda breve contexto sobre cadeia de produção e conceitos sobre competitividade, seguido por discussão acerca da cadeia produtiva a fim de analisar a competitividade da mesma no setor em questão.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica, Competitividade, Agricultura familiar.

ABSTRACT

The seventies were marked by the process of modernization of the agriculture, of the transformation of the rural compound in the call complex industrial agriculture. Activities as the organic agriculture comes as growing tendency in some countries, besides in Brazil, being the responsible family agriculture for great part of the production. However, the competitiveness of the productive chain of organic products is based in strategies of differentiation of products and the great challenge consists of the creation capacity, mainly, of an institutional atmosphere that it makes possible better coordination among the agents and, consequent earnings of competitiveness for the chain. The present work seeks to analyze this adapts and other factors that in way direct or indirect they affect the competitiveness of the productive chain of organic, through the classic paradigm proposed by the industrial economy. In first instant this approaches brief context on production chain and concepts about competitiveness, following for discussion concerning the productive chain in order to analyze the competitiveness of the same in the section in subject.

Key - words: Organic Agriculture, Competitiveness, Family Agriculture.

²⁰ Graduada em Gestão do Agronegócio (UFV); Mestranda em Agronegócios (UFG);
arruda2406@yahoo.com.br.

²¹ Graduado em Agronomia (UFG); Mestrando em Agronegócios (UFG).

²² Graduada em Administração; Mestranda em Agronegócio (UFG), professora de Administração.

1. INTRODUÇÃO

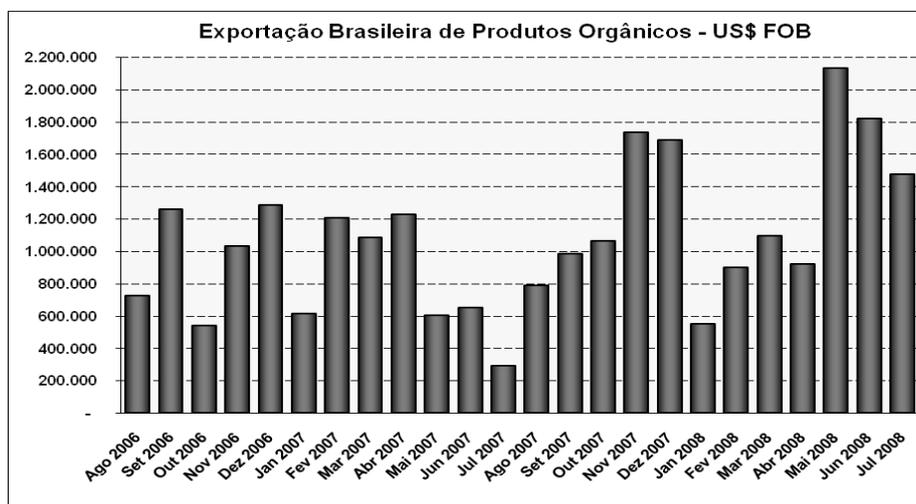
Os anos 70 foram marcados pelo processo de modernização da agricultura, da transformação do complexo rural - que antes se estabelecia nos grandes engenhos, divisão incipiente do trabalho, e produção voltada para exportação- no chamado Complexo agroindustrial, integração da agricultura a indústria, intensificação da divisão social do trabalho, especialização e substituição das importações (GRAZIANO, 1996).

Os pacotes tecnológicos da Revolução Verde proporcionaram ganhos de produtividade, porém como conseqüências geraram externalidades negativas ao meio ambiente e exclusão daqueles que por falta de apoio do Estado, foram incapazes de acompanhar tal desenvolvimento, como a Agricultura Familiar.

No entanto, um número significativo de famílias, que segundo Censo Agropecuário 1995-96, representando 85,2% dos estabelecimentos agropecuários no país, ainda permanece no campo e desenvolve atividades agrícolas e derivadas, sobretudo utilizando mão-de-obra, em grande parte, familiar. E estas buscam formas sustentáveis de produção como inovação, agregando valor aos produtos e proporcionando assim maior possibilidade de serem competitivos no mercado, e de certa forma fixos ao campo.

Entretanto, é na produção orgânica que muitas famílias têm investido seus esforços. A produção familiar corresponde a 90% do grupo total de agricultores orgânicos e são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica nacional, (DAROLT 2002, apud CONEJERO, CALDEIRA E NEVES, 2007).

Segundo dados da USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), no período de 1999 a 2000, o mercado de orgânicos cresceu 86%, com destaque para soja, hortaliças e café, sendo que a produção familiar corresponde a 90% do grupo total de agricultores orgânicos e são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica nacional. Conforme figura abaixo, já no período compreendido entre agosto/2006 e julho/2008, o Brasil exportou 36.594.878 kg de produtos orgânicos - com maior participação da soja e derivados - correspondentes UU\$ FOB 25.705.233, sendo que aproximadamente 59% desta produção foram destinados a Holanda, Suécia e Estados Unidos (SECEX, 2008).



Fonte: MDIC/SECEX.

No entanto, a competitividade da cadeia produtiva de produtos orgânicos fundamenta-se em estratégias de diferenciação de produtos. Essa estratégia tem como princípio a geração de produtos diferenciados e com alto valor agregado que possam atender a mercados cada vez mais segmentados e específicos (BUAINAIN & BATALHA, 2007).

Porém, para WILKINSON (1999), o processo de inovação tem como componente intrínseco, o fracasso. Por conseguinte há um grande desafio que consiste na capacidade de criação dos ambientes institucional e organizacional, favoráveis ao desenvolvimento do que GRAZIANO (1996) chama de “Nova atividade rural”, e à capacidade de articulação da agricultura familiar com os mercados.

De fato, a agricultura orgânica apresenta-se como crescente tendência em alguns países, em especial a Europa, onde existem institutos de pesquisa em agricultura orgânica, responsáveis pela pesquisa, extensão e acompanhamento do sistema de produção. E ainda, existe também incentivo financeiro e plano de desenvolvimento específico para agricultura orgânica, sobretudo para certificação. O que no Brasil, não ocorre de forma tão concreta e estruturada (DAROLT 2002, apud CONEJERO, CALDEIRA & NEVES, 2007). Entretanto, esforços recentes no âmbito do MAPA refletem preocupação com a elevação de padrões de qualidade dos produtos brasileiros (MAPA, Produção Integrada, www.agricultura.gov.br)

Baseado em tais argumentos, acrescidos daqueles apresentados por WILKINSON (1999) surge um questionamento de fundamental relevância para a

realização deste estudo: O ambiente Institucional no qual está inserida a cadeia produtiva de orgânicos para agricultura familiar contribui de forma favorável para competitividade deste negócio agrícola no Brasil?

Ao mesmo tempo em que a produção familiar de forma orgânica apresenta cenário favorável com vantagens comparativas, como a maior identificação com a terra e recursos naturais - como tratos culturais delicados e cuidadosos -, à sua maior facilidade para diversificação das atividades, não determina o grau de competitividade. No entanto, torna-se necessária análise da cadeia produtiva da agricultura orgânica de forma a identificar a capacidade de competitividade deste sistema de produção, frente ao sistema de produção de forma convencional (GUANZIROLI et al, 2001).

Para tanto, pretendo neste trabalho analisar o ambiente institucional e outros fatores que de forma direta ou indireta afetam a competitividade da cadeia produtiva de orgânicos. Em primeiro instante este aborda breve contextualização sobre cadeia de produção e conceitos sobre competitividade, seguido por discussão acerca da cadeia produtiva a fim de analisar a competitividade da mesma no setor em questão.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Cadeia Produtiva

Os pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, já em 1957, enunciaram o conceito de agribusiness como sendo “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (BATALHA E SILVA, 1997).

Segundo esses autores, a agricultura já não poderia ser abordada de forma indissociável dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Eles consideravam as atividades agrícolas como fazendo parte de uma extensa rede de agentes econômicos que iam desde a produção de insumos, transformação industrial até armazenagem e distribuição de produtos agrícolas e derivados. E, além disso, apoiada por instituições prestadoras de serviços que, embora de forma geral sejam apenas prestadores às operações citadas acima, podem afetar a conduta (estratégias adotadas) e conseqüentemente o desempenho, que irá refletir na competitividade do sistema de produção.

Portanto, o conceito de cadeia de produção não é relevante se a ele não forem adicionadas formas de análise, que permitem identificar os efeitos das relações e interações dos sistemas de produção com o ambiente no qual está inserido. Segundo BATALHA E SILVA (2003), existe uma série de estudos que analisam a cadeia como um todo e que buscam identificar questões referentes ao seu comprometimento do funcionamento, de forma eficiente.

Neste sentido, é importante destacar relevância para o conhecimento dos elos que compõem a cadeia produtiva e análise da coordenação entre os agentes envolvidos. Contudo, a análise permite identificar os gargalos existentes na cadeia, que serão informações importantes para fundamentar a intervenção, privada ou pública, de forma a influenciar no nível de competitividade da cadeia de produção.

2.2. Competitividade

GOLDBERG (1957) apud BATALHA & SILVA (2007), durante aplicação do conceito de commodity system approach, abandona o referencial teórico da matriz insumo-produto para aplicar conceitos oriundos da economia industrial. Assim, o paradigma clássico da economia industrial – Estrutura => Conduta => Desempenho – passa a fornecer os principais critérios de análise e de predição da competitividade da cadeia produtiva de orgânicos no Brasil.

FERRAZ et al. (1996) apud BATALHA & SILVA (2007) identificam dois caminhos para o entendimento do conceito de competitividade. Um deles aponta para o entendimento através do “desempenho” de uma empresa ou produto, o que posteriormente se traduz na determinação de uma dada competitividade revelada que estaria ligada à participação de um produto ou empresa em determinado mercado, seria o Market Share.

No entanto, o outro caminho relaciona o entendimento de competitividade com a tentativa de medir o potencial de um setor ou empresa através da “eficiência”. Esta medição se daria através da identificação e do estudo das opções estratégicas adotadas pelos agentes econômicos diante de suas restrições, em vários âmbitos, desde gerencial, financeiras, tecnológicas e etc. Em suma, a idéia central deste ponto de análise, é o paradigma da organização industrial, proposto por MASON (1993), ESTRUTURA ↔ CONDUTA ↔ DESEMPENHO.

De fato, competitividade não tem uma definição precisa. Pelo contrário, compreende tantas atribuições que dificilmente se pode estabelecer uma definição exata, (FARINA, 1999). E considerando que as duas abordagens acima citadas são insuficientes para descrevê-la, FERRAZ et al (apud BATALHA & SILVA, 2007, p. 32) define como sendo “ a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”.

Segundo BATALHA & SILVA (2007), no agronegócio existe um conjunto de especificidades que resultam na necessidade de um espaço de análise da competitividade diferente daqueles convencionalmente admitidos, esse espaço caracteriza-se pela cadeia de produção. Sendo assim, esta análise deve ser feita em todos os elos da cadeia produtiva, partindo então de um corte vertical em cada sistema econômico a ser analisado.

Porém, para tal é importante observar que existe um conjunto de fatores que pode afetar de maneira positiva ou negativa, o funcionamento da cadeia produtiva. Um deles se refere ao ambiente organizacional que se explica nos sindicatos, organizações corporativas, políticas setoriais privadas e outro, o ambiente institucional que pode ser um veículo de competitividade baseado em aspectos como legislação, regras de comércio, pesquisa e desenvolvimento, coordenação entres os agentes e etc.

A competitividade das empresas é, portanto, o resultado de políticas públicas e privadas, individuais e coletivas, e não depende apenas da excelência de sua gestão (FARINA, 1999).

2.3. Análise de Competitividade da Cadeia Produtiva de Orgânicos para Agricultura Familiar

2.3.1. Ambiente Institucional

Segundo BATALHA & BUAINAIN (2007), até há pouco tempo, grande parte da atividade de produção orgânica era apoiada por associações não governamentais (ONGs) ou associações de produtores. Entretanto, recentemente as agências governamentais se envolveram nesse processo.

Porém, ao contrário do que se observa em vários países da Europa que contam com suporte financeiro para a conversão da agricultura convencional para a orgânica, no Brasil não existe nenhum tipo de subsídio para a atividade. O exemplo de países que se destacam na produção de orgânicos aponta que a maior razão de crescimento do número de agricultores orgânicos é o incentivo governamental, (DAROLT 2002 apud Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - ES).

No Brasil, o governo tem assumido dois papéis em se tratando de agricultura orgânica. De um lado atua na regulamentação do mercado por meio de normas específicas, de outro no financiamento da atividade por meio de linhas de crédito através de programas como, Pronaf Agroecologia, Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró - orgânico), Projeto Organics Brasil, entre outros (BATALHA & BUAINAIN, 2007). Porém nem sempre, estes são adequadas à realidade e características dos agricultores familiares.

2.3.2. Estrutura de mercado

Para DAROLT 2002 (apud Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - ES), este nicho de mercado é ocupado basicamente por dois grupos: pequenos produtores familiares geralmente ligados a associações ou grupos de movimentos sociais e grandes produtores empresariais ligados geralmente a empresas privadas. Sendo que os primeiros correspondem a 90% do grupo total de agricultores orgânicos e são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica nacional. E ainda, são caracterizados pelo intenso emprego do fator mão-de-obra e menos intenso, em relação às estruturas mecanizadas, o emprego do fator capital.

Entretanto, os grandes produtores se encarregam da produção voltada à exportação e os pequenos abastecem o mercado interno. O processamento é predominantemente realizado por grandes empresas, cabendo às pequenas atender o mercado de nicho, e distribuição realizada pelas mais variadas estruturas de canais de distribuição, sendo destaque para venda em feiras livres ou em associações.

2.3.3. Estrutura de Governança

A coordenação não é uma característica intrínseca dos sistemas produtivos, mas sim resultado de uma construção dos agentes econômicos. Com a finalidade de reduzir custos de transação, os agentes adotam estruturas de governança apropriadas (WILLIAMSON, 1985 apud FARINA, 1999.)

A coordenação de uma cadeia produtiva pode ter base em estruturas de governança regidas por preços, redes de contrato ou integração vertical, sendo que em todos os casos pode haver maior ou menor intervenção do Estado. Quanto melhor for a coordenação entre os agentes, mais rápida será a adaptação às modificações de ambiente e menos custosos serão os conflitos inerentes às relações entre o cliente e o fornecedor.

O segmento de orgânicos é caracterizado como estritamente coordenado, onde o crescimento do mercado deve levar a um estreitamento das relações entre produtor, distribuidor e indústria. No entanto, a certificação é um elemento fundamental, incentivando o comportamento desejado e ao mesmo tempo monitorando-o (REZENDE & FARINA, 2001 apud BATALHA & BUAINAIN, 2007).

2.3.4. Certificação

As instituições certificadoras têm importante papel nessa cadeia produtiva, uma vez que a sua credibilidade é determinante da confiança que distribuidores e

consumidores devotam ao produto oferecido. Porém, a certificação ao mesmo tempo em que garante ao consumidor e ao produtor a segurança de que o alimento consumido e produzido segue as normas da forma de produção orgânica, o processo de certificação desperta preocupações, pois pode se tornar, ainda, mais um obstáculo do que uma oportunidade aos pequenos produtores.

Em 2002, no Brasil havia 14 certificadoras de produtos orgânicos, sendo que 8 delas possuíam reconhecimento internacional e algumas outras buscavam reconhecimento (CONEJERO et AL, 2007). Porém, até meados de 2002, e ainda é o que se observa, a certificação no Brasil tem sido adotada principalmente por produtores considerados médios e grandes, sobretudo devido ao alto custo para conversão.

Além disso, a assistência na condução do processo produtivo de orgânicos ainda é precária, as certificadoras têm o papel de informar o que não pode ser feito, e não o que, e como deve ser feito. Pesquisa realizada com produtores rurais orgânicos (GARCIA et al, 2001 apud FARINA et al 2002) e entrevista por produtora de café orgânico na região do Alto Rio Grande - MG, (INFORME AGROPECUÁRIO, Jan/Abr 2002) revela que as técnicas de produção sobre agricultura orgânica são transmitidas, na maioria dos casos, mediante associações de produtores, vizinhos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e seminários. Como consequência, surge à dificuldade de condução deste processo, de forma coerente com as normas instituídas, impedindo que um maior número de agricultores se dedique a essas atividades e tenham seus produtos e atividades certificadas.

2.3.5. Comércio

A distribuição envolve basicamente os supermercados, associações e feiras, lojas de produtos naturais e a domicílio. Porém, de acordo com (DULLEY, SOUZA, NOVOA apud FARINA et al, 2002) para os agricultores existe uma grande dificuldade em ofertar produtos na quantidade, qualidade e periodicidade que as redes de supermercados exigem. Sendo assim, segundo pesquisa realizada por (SEBRAE – RJ, 2004 apud BATALHA & BUAINAIN, 2007) muitos produtores acabam por ofertar seus produtos em feiras. Das 611 unidades de comercialização de produtos orgânicos no país, 224 são feiras ou associações.

As organizações não governamentais dedicadas à difusão de práticas agroecológicas e associações vêm colaborando para que os agricultores familiares aumentem sua participação no segmento de orgânicos, sobretudo na comercialização. Existem também algumas certificadoras que promovem abatimentos nos custos da certificação para este grupo de agricultores

No entanto, tem-se buscado incorporar relações sociais mais equitativas aos sistemas de produção e distribuição, desenvolvendo um comércio mais estável e vantajoso para produtores marginalizados de melhores condições de troca e garantia de seus direitos, através da certificação de comércio justo (*Fair Trade*²³). Apesar de apresentar menores custos na certificação para agricultores de pequeno porte, no Brasil, somente 10 grupos de produtores são certificados por este programa.

CONCLUSÃO

No agronegócio existe um conjunto de especificidades que resultam na necessidade de um espaço de análise da competitividade diferente daqueles convencionalmente admitidos, esse espaço caracteriza-se pela cadeia de produção.

O conceito de competitividade aponta para vários caminhos, mas todos chegam ao consenso de que é importante destacar relevância para o conhecimento dos elos que compõem a cadeia produtiva e análise da coordenação entre os agentes envolvidos, para definir o quanto uma cadeia de produção é competitiva.

A cadeia produtiva de orgânicos apresenta especificidades, e para que seja bem coordenada é necessária a intervenção do governo, de forma a possibilitar uma melhor relação entre os agentes, principalmente no que se refere à certificação.

Entretanto, agências governamentais vêm assumindo papéis no que se refere à agricultura orgânica, através de programas específicos para tal atividade. Porém nem sempre adequado a realidade e características dos agricultores familiares. As organizações não governamentais dedicadas à difusão de práticas agroecológicas e associações vêm colaborando para que os agricultores familiares aumentem sua participação no segmento de orgânicos. Porém, para o produtor, a etapa mais difícil é a conversão. Sendo que o investimento alto aliado à falta de difusão de conhecimentos técnicos de agricultura orgânica constitui no principal obstáculo (FARINA, 2002).

Assim, fica o desafio de se construir um ambiente institucional favorável à inovação – que é o caso da agricultura orgânica – e que dê condições para a agricultura familiar ser competitiva e passível de articulação com os mercados.

²³ *Fair Trade*: surgiu por volta de 1960, visando criar alternativas de comércio mais justas para artesãos e produtores rurais em condições econômicas desfavoráveis. No Brasil somente dez grupos de produtores são certificados pela FLO (*Fair Trade Labelling Organizations International* – associação de 20 certificadoras), o que representa menos de 4,5% do total de 229 produtores da América Latina (CONEJERO et al, 2007 pag.84).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICULTURA ORGÂNICA – caracterização. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e pesca.

Disponível em: <HTTP: WWW.seag.es.gov.br>. Acesso em: jun.2008.

BATALHA, M. O. (Coordenador) **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, v.1, 1997.pag 01 – 40.

BATALHA, M.O. e SILVA, A. L. da. **Competitividade: Uma abordagem em termos de cadeias produtivas.** V Encontro Interacional de Agropolos, 2003. 12 pag.

BATALHA, M.O.(Coordenador) **Gestão Agroindustrial.** São Paulo, Atlas, 2007. Pag 1-45.

BATALHA, M.O. e BUAINAIN, A. M.(Coordenadores) **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, v. 5 , 2007. pag.39-73.

CONEJERO, Marco Antônio; CALDEIRA, Marina Aluisio; NEVES, Marcos Fava. **Fair Trade: o que é dimensões, e como se habilitar para capturar valor.** Pag 80-89: In Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Atlas/Pensa, 2007.

CONEJERO, Marco Antônio; SERRA, Letícia; NEVES, Marcos Fava. **Produtos Orgânicos: o que é dimensões e como se habilitar.** Pag 90-101: In Agronegócios e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Atlas/Pensa, 2007.172p.

Darolt, M. R. **As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba,** Paraná. 2000. 310p. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná (UFPR): Université Paris

DO GRÃO À XÍCARA: Como a escolha do Consumidor afeta cafeicultores e meio ambiente. Campinas: Instituto Agrônomo, 2007.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Disponível em: <HTTP: WWW.portaldoexportador.gov.br>. Acesso em: set.2008.

FARINA, Elizabeth Mercier Querida (coordenadora). **Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo.**

Disponível em:<HTTP: WWW.fundacaofia.com.br/pensa/>. Acesso em: jun.2008.

FARINA, Elizabeth Mercier Querida. **Competitividade e coordenação de sistemas: um ensaio conceitual**. Revista Gestão e Produção. V.6, n. 3, dez 1999. Pag 147 – 161.

Disponível em:<[HTTP: WWW.fundacaofia.com.br/pensa/](http://WWW.fundacaofia.com.br/pensa/)>. Acesso em: jun.2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. PAG 01-40.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio; DI SABBATO; BITTERCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. Pag 01 – 120.

INFORME AGROPECUÁRIO: Belo Horizonte: EPAMIG, v. 23, n. 214/215, jan/abr 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Disponível em:<[HTTP: www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>. Acesso em: set. 2008.

WILKINSON, John. **Cadeias produtivas para Agricultura Familiar**. Revista de Administração da UFLA. Lavras, v.1, n.1, Jan/Jun – 1999. pag 34 – 41.